

# A decisão certa

Não será necessário o deputado Hélio Duque (PMDB-PR) lembrar novamente aos políticos que não podem proceder como avestruzes, tendo apenas a preocupação de disputar os cargos das Mesas Diretoras da Câmara, do Senado e da Assembléia Constituinte enquanto o País mergulha naquilo que pode ser a pior crise de sua história. Os números, por si sós, encarregam-se de pôr a nu a alienação dos políticos, impondo-se com sua crueza ao presidente José Sarney, que acaba de adotar decisão fundamental no sentido de permitir a compatibilização entre os recursos disponíveis a nível nacional e as necessidades da população.

Os números a que nos referimos foram apresentados na reunião de anteontem do Conselho de Desenvolvimento Social: há no Brasil 60 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho formal, as quais não recebem salários e são assistidas apenas pelo auxílio direto do Executivo. Pode duvidar-se da exatidão desse total, sabendo-se que a população economicamente ativa deve ser dessa magnitude, sendo a população brasileira estimada em 138 milhões de habitantes. Mesmo que não sejam 60, mas 20 milhões, é número assustador; tanto mais preocupante quanto se sabe — pois foi dito na mesma reunião — que o Executivo distribuiu 300 mil toneladas de alimentos no ano passado, beneficiando oito milhões de pessoas, e que neste ano, apesar de dobrar a quantidade, atingirá apenas 11 milhões de brasileiros. Esses são números oficiais, de um Executivo que se diz preocupado com os pobres. Eles falam por si.

A decisão, consequência da tomada de consciência do significado desses números, é a de nomear comissão de nível ministerial para estudar e superintender o debate sobre as implicações do crescimento demográfico no processo de desenvolvimento. O presidente da República, depreendendo-se do noticiário, parece ter-se convencido de que de nada adiantará insistir em levar avante sua opção pelos pobres se a população brasileira continuar crescendo à taxa de 2,4% ao ano, tomando-se os dados de uma década completa. O leitor imagine o que representa para a sociedade brasileira — em matéria de hospitais, saneamento básico (esgotos etc.), transportes, escolas, lazer e em-

pregos — ter de acolher cerca de 3 milhões e 300 mil pessoas por ano. Se se somar aos números em cruzados (ou dólares constantes) que se deve gastar para que essas pessoas se tornem cidadãs, a pressão que as migrações internas exercem sobre as cidades (especialmente as capitais dos Estados) para as quais convergem os que são expelidos pelas estruturas sociais e econômicas que não podem absorver mais gente, terá uma explicação das megalópolis incapazes de abrigar a todos que nelas habitam, o que dá lugar a marginalizações de toda ordem.

Não importa saber se a decisão presidencial se inspirou no registro de que o crescimento populacional à taxa de 2,4% — mesmo que seja de 2,2%; nesta década, é elevadíssimo — é uma das variáveis responsáveis pelo crescimento da pobreza, inviabilizando qualquer esforço do Executivo para lhe pôr fim. Apenas em 1987, para dar de comer a 11 milhões de pobres, o Executivo espera despende um bilhão de dólares! O racional, ou o razoável — se os governos anteriores não se tivessem dobrado às injunções da Santa Madre Igreja, nem de um nacionalismo militar dos mais abstrusos — teria sido a instituição de programas de planejamento familiar há 20 anos, pelo menos, quando o problema aflorou em sua crueza. Ter-se-iam evitado, com essa medida, graves problemas sociais e a exacerbação de problemas econômicos. Fracos diante da posição tradicional da Igreja Católica e fracos diante dos generais nacionalistas e dos turiferários do esquerdismo — que enxergam em qualquer menção a programas de planejamento familiar sinistras manobras do imperialismo norte-americano, ou da FAO (que desejaria colocar chineses, indianos e *tutti quanti* no Brasil) — os governos do período autoritário preferiram jogar o problema para a frente. Não encaminharam sua solução apesar de um ministro chefe do EMFA, o brigadeiro Waldyr Vasconcellos, ao reclamar programas desse tipo, haver mostrado a necessidade de eles serem implantados, inclusive do ponto de vista do Serviço Militar: cada ano, as Forças Armadas recusavam metade dos conscritos (cerca de setecentos mil brasileiros) por problemas insolúveis de saúde, causados pela pobreza.

Conforta saber que no governo Sarney há pelo menos dois ministros que não hesitam em dizer que sem uma diminuição do ritmo do crescimento demográfico não haverá condições de eliminar a pobreza — porque, acrescentamos nós, sendo necessário criar a cada ano mais de dois milhões de empregos e custando a criação de um emprego industrial cerca de 10 mil dólares em média, o País não tem dinheiro para investir, mantendo a mesma distribuição de renda, a não ser transformando, no sentido totalitário, o processo de poupança. Trata-se dos titulares da Educação e da Previdência Social, que sentem o peso que os serviços de seus ministérios têm de suportar com o crescimento demográfico a essa taxa altíssima.

Ninguém desconhecerá que o aumento do PIB ao longo dos últimos 20 anos contribuiu para que se desse uma queda natural do crescimento e até a inversão da curva, que, subindo até 3% ao ano na década de 60, influiu para 2,8% na de 1970 e caiu para 2,4% na atual — ou que sejam 2,2%. Esperar, todavia, que a taxa de crescimento se compatibilize naturalmente com os recursos que o País pode poupar e investir em regime econômico dirigido e político democrático é jogar com o futuro, pondo em xeque a construção da democracia e o restabelecimento da economia de mercado.

Fez bem, por isso, o presidente José Sarney em enfrentar essa questão, mesmo correndo o risco de receber as críticas da Igreja Católica. Sabemos que não está nas intenções de s.exa. realizar programas de controle compulsório, que condenaríamos veementemente como violação da intimidade do cidadão. A simples mobilização de recursos de *mídia*, no entanto, associada à divulgação científica em linguagem acessível, será capaz de levar os brasileiros a tomar consciência da necessidade de realizar-se o planejamento como forma de suprimir *mais depressa* a pobreza. Por esse caminho, digno de elogios, é que esperamos que o presidente Sarney e seu Ministério enveredem rapidamente, e que a comissão designada para estudar a questão não se perca em filigranas jurídicas ou discussões bizantinas sobre o assunto.